

O LUGAR DOS POBRES E A VIOLÊNCIA NA CIDADE: UM ESTUDO PARA O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Rute Imanishi Rodrigues¹

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

Resumo

Este texto discute a relação entre a pobreza e a violência urbana, usando como exemplo o caso do município de São Paulo. Pretende-se mostrar que o *local de moradia*, e não a renda, é a variável mais adequada para avaliar a associação entre a pobreza e a violência na cidade. O corte espacial permite observar as inter-relações entre as dimensões econômica, social, e dos direitos que são fundamentais para a dinâmica da violência, mas que dificilmente seriam percebidas através da observação da renda apenas. O local de moradia serve tanto para identificar onde as agências de justiça e segurança do estado “falham” quanto para identificar os ambientes que, devido às suas características sócio-econômicas, são propícios para a difusão da violência.

O texto focaliza as condições de vida da população das comunidades pobres da cidade, com ênfase sobre as favelas. Salienta-se que é precisamente nestes locais onde a atuação das instituições de justiça e segurança públicas é mais problemática. Além disso, argumenta-se que as condições precárias de moradia são fundamentais para explicar o contexto de baixa mobilidade no qual estão imersas as comunidades pobres, uma vez que o espaço precário pode impedir o acesso aos recursos que possibilitariam a superação das desvantagens das comunidades com relação aos demais grupos sociais da cidade. Finalmente, apresenta-se um exercício quantitativo que visa checar a correlação entre, de um lado, a moradia precária e um conjunto de variáveis sócio-econômicas e, de outro lado, os níveis de violência nos distritos do município de São Paulo.

Abstract

This paper discusses the relationship between poverty and urban violence, taking São Paulo Municipality as example. It is argued that the local of residence, and not the income, is the most adequate variable to evaluate the association between poverty and violence in the city. The spatial cut allows to observe the inter-relations among social, economic and law dimensions of the violence dynamic, which could not be understood through the observation of the income dimension only. The local of residence serves to identify where the law enforcement agencies fail and also to identify the environment that, due to its socio-economic characteristics are favorable to violence diffusion.

The paper focuses on the life conditions of poor communities, highlighting slums areas. It stress that is precisely in these localities where the law enforcement agencies action is more problematical. Besides that, it reasons that precarious housing conditions are fundamental to explain the context of low socio-economic mobility, since the precarious space constrain the access to the resources which could help to overcome the community's disadvantages with respect to other social groups within the city. Finally, it shows the results of an exercise checking the correlation between, from on side, bad housing conditions and other socio-economical variables and, from the other side, the levels of violence in the city districts.

Palavras-Chave: Pobreza, Favelas, Violência.

Área ANPEC: 11, Economia Social e Demografia Econômica.

JEL: I32, I12.

¹ Colaboraram Daniel Cerqueira e Waldir Lobão.

O Lugar dos Pobres e a Violência na Cidade: um estudo para o município de São Paulo

Introdução

A visão econômica sobre o crime e a violência foi bastante influenciada pelos modelos desenvolvidos por G. Becker e I. Ehrlich a partir do final dos anos 1960.² Os modelos desta linha estabelecem uma relação entre a pobreza de renda e a criminalidade que é facilmente identificada na função de oferta de crime. Esta função representa os incentivos, em termos de renda, que atuam na escolha entre atividades legais e ilegais e determina que quanto maior a diferença entre os rendimentos das oportunidades ilegais (o crime) e das legais (o trabalho), maior o ganho de cometer um ato ilegal. Assim, para um dado o prêmio com o crime, quanto mais pobre for o indivíduo (ou menor o seu salário), maior o incentivo ao ato ilegal, tudo o mais constante. Essa idéia é reforçada pela sugestão de estimar a oferta de crime através de indicadores de pobreza relativa (Ehrlich, 1973).³

Mais recentemente alguns modelos econômicos trataram a relação entre a pobreza e o crime de uma maneira mais indireta, através da noção de “feudos” ou territórios à margem do poder do estado (Akerloff e Yellen; Skaperdas 2000, 2001). Nestes modelos, a oferta de crime depende, em grande medida, de quadrilhas controlarem determinado território substituindo o poder de polícia e justiça do estado. Aqui, a relação entre a pobreza e o crime se dá em outra dimensão, a dos direitos, pois trata-se de comunidades à margem dos serviços de proteção e justiça do estado. Por exemplo, o modelo de Akerloff e Yellen ressalta a importância da “comunidade” para o funcionamento do sistema judiciário e a atuação da polícia, uma vez que a condenação dos criminais depende da colaboração de testemunhas, assim como o trabalho da polícia também se apóia na colaboração de observadores e etc. Na hipótese de Akerloff e Yellen, o governo perde o poder de repressão dentro da comunidade, sobretudo quando utiliza penas consideradas injustas pelos membros da comunidade, que com isso se negam a colaborar com o trabalho das agências oficiais. Por outro lado, o modelo supõe que as quadrilhas têm poder de retaliar os moradores da comunidade que colaboram com as agências do estado.

A influência da “comunidade” sobre as escolhas individuais também é ressaltada por Akerloff e Kranton, que modelaram os ganhos e perdas de “identidade” envolvidos na escolha entre adaptar-se à cultura dominante ou optar por um estilo de vida “rebelde” (os “reds”). Os autores supõem que, em comunidades pobres ou guetos étnicos, aqueles que tentam adaptar-se à cultura dominante sofrem uma “perda de identidade” associada ao grau de exclusão social de seu grupo na sociedade; assim, assumir a identidade rebelde e optar pelo não-trabalho significa rejeitar essa perda. Estes modelos refletem a preocupação, mesmo entre os economistas, de considerar outros valores e não apenas a renda para compreender a relação entre a pobreza e o crime

No caso do Brasil, a relação entre a pobreza e a violência não pode ser compreendida a menos que se considerem os *direitos efetivos* dos pobres frente ao Estado. Com efeito, a literatura recente sobre a violência nas grandes cidades brasileiras está repleta de estudos documentando episódios de *graves violações aos direitos humanos* tendo agentes do estado como principais responsáveis. Pinheiro (1999) salienta que a permanência das estruturas de poder e dos métodos de rotina das agências de justiça e segurança públicas herdadas dos governos militares representou uma das principais falhas da democratização do estado brasileiro. O estado brasileiro seria caracterizado por uma “democracia sem cidadania”, ou seja, um estado democrático onde uma parcela importante da população, os mais pobres, não tem direitos efetivos. Por um lado, as polícias militares dos estados continuaram utilizando métodos ilegais e violentos, notadamente no que diz respeito ao abuso da força letal; no sistema prisional as condições (desumanas) de encarceramento pioraram e, o sistema judicial continuou incapaz de oferecer oportunidade de defesa para os pobres e ampliar

² Para uma resenha dos modelos econômicos sobre o crime, veja-se Cerqueira e Lobão (2003a).

³ Sobre este ponto, veja-se Bourguignon (1999).

a aplicação de penas alternativas à prisão.⁴ Por outro lado, continuaram freqüentes os episódios de linchamentos, a atuação de grupos de extermínio e de justiceiros, principalmente nos bairros populares e favelas, sobretudo devido ao vácuo deixado pela inoperância e/ou perversidade da atuação das agências do estado quanto a oferecer proteção e justiça para essa população.⁵

Como decorrência da falta de cidadania (ou da “pobreza de direitos”), é precisamente nas comunidades pobres que a atuação das agências de justiça e segurança do estado mostra-se mais ineficaz e onde grupos criminosos encontram brechas para “substituir” determinadas funções do estado. Os estudos antropológicos realizados nas favelas e bairros populares do Rio de Janeiro revelaram o papel da entrada das quadrilhas de tráfico de drogas – principalmente a partir dos anos 1980, com o aumento do tráfico internacional de cocaína – para o aumento da criminalidade e da violência nestes locais.⁶ Estes estudos verificaram a “funcionalidade” das quadrilhas de tráfico para a população local na medida que estas passaram a desempenhar funções de justiça e segurança na comunidade; na maior parte dos casos, as quadrilhas tratariam de “resolver” os crimes contra os moradores da comunidade para evitar a interferência da polícia nos assuntos locais. Na medida que as quadrilhas devem manter a polícia longe do local de vendas, defende-lo de outras quadrilhas e evitar denúncias por parte dos moradores, acabam impondo “leis” e normas de conduta dentro da comunidade, que são respeitadas devido a ameaças de punições severas. Diversos estudos de caso forneceram evidências de que boa parte dos homicídios que ocorrem nas comunidades pobres das grandes cidades são relacionados à atuação das quadrilhas de tráfico, ou a conflitos interpessoais envolvendo membros ou participantes ocasionais das quadrilhas.⁷

Os estudos antropológicos salientaram os elementos de ordem moral que atuam sobre a “escolha” de muitos jovens das comunidades pobres por uma vida à margem da lei e, para tanto, confrontaram o prospecto social do trabalhador pobre das grandes cidades a partir dos anos 1980, com o conteúdo simbólico do “bandido-trafficante”. Apesar da ambigüidade da representação do bandido na comunidade, haveria “um campo de identificação” entre moradores e bandidos que se apoiaria em sua igualdade sócio-econômica; i.e. moradores e bandidos são “iguais” na medida que *compartilham as mesmas condições de vida* (Zaluar, Sarti; Kehl). Nas comunidades, o bandido representaria, para muitos jovens, um símbolo de revolta contra as duras condições de vida e uma alternativa, ainda que ilusória, de mobilidade diante da perspectiva de imobilidade oferecida pelos meios legais. Na visão de Zaluar (1985) a violência intrínseca à vida de bandido seria expressão de “revolta” e, de certa forma de coragem e valentia em oposição ao papel subordinado e inferiorizado do trabalhador pobre. Outros estudos salientaram a representação do bandido (nas letras de rap, por exemplo, o “*mano limitado*”) como uma “vítima da sociedade”, pois morre cedo e torna-se bandido por falta de escolhas (Kehl).

Apreende-se desses estudos que a permanência e reprodução das quadrilhas nas comunidades pobres não se explica apenas pela atratividade econômica que estas exercem sobre os jovens. Além do elemento puramente econômico, há que considerar a inexistência/ineficácia da atuação das agências de justiça e segurança oficiais nas comunidades e; a sociabilidade local que deriva de relações horizontais – i.e. entre pessoas que compartilham as mesmas condições de vida – onde as “razões” dos bandidos podem ser compreendidas e, portanto, em certa medida (e desde que “respeitem” os moradores) seu comportamento pode ser “tolerado”.

⁴ Sobre os métodos abusivos da polícia militar do estado de São Paulo veja-se Caldeira; Barcellos; Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo. Sobre a estrutura de penalidades e baixo uso de penas alternativas à prisão, veja-se Lemgruber.

⁵ Sobre linchamentos, justiceiros, e grupos de extermínio nas comunidades pobres de São Paulo, veja-se Mingardi (1997); Adorno e Cardia.

⁶ Veja-se o estudo pioneiro de Zaluar (1985) e também Misse.

⁷ Além dos estudos citados na nota 6 veja-se também, para o caso de São Paulo, Bonatto; Cardia *et all* e, para o caso do Rio de Janeiro, Misse.

Seção 1

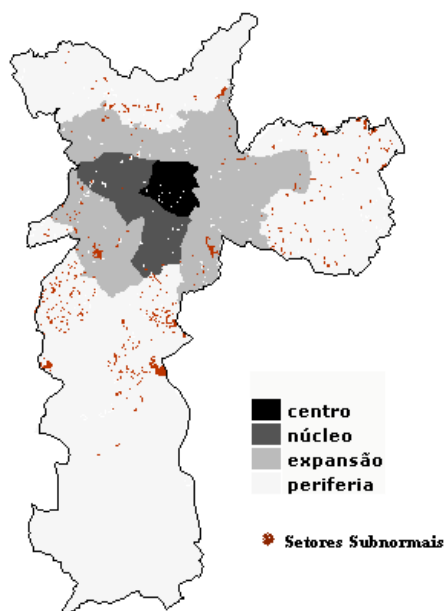
A idéia de “imobilidade sócio-econômica” é um elemento comum à maioria dos estudos que buscaram explicar a identidade “rebelde” de alguns círculos de jovens das comunidades pobres das grandes cidades nas últimas décadas. Neste texto procura-se mostrar como a moradia precária contribui de forma decisiva para o contexto de imobilidade econômica e social das comunidades pobres da cidade de São Paulo, na medida que significa baixo acesso aos recursos que possibilitariam a superação das desvantagens das comunidades com relação aos demais grupos sociais da cidade.

Em primeiro lugar, evidencia-se a forte correspondência entre as áreas de baixa renda e as de moradia precária. A partir da caracterização do espaço onde vivem os pobres é possível aferir suas desvantagens frente aos demais grupos sociais na cidade com relação a outros recursos como: transportes, outros serviços urbanos (por exemplo, saneamento) e, serviços sociais (por exemplo, saúde, educação). Tais desvantagens têm forte influência sobre a qualificação da mão-de-obra, a inserção no mercado de trabalho e, portanto, sobre a renda. Em outras palavras, as desvantagens com relação ao espaço contribuem para a “imobilidade social” dos pobres urbanos na medida que significam baixo acesso aos recursos que possibilitariam expandir suas oportunidades.

Pobreza de Renda

A tabela 1 sumariza informações sobre os grupos formados pelos decis da renda domiciliar *per capita* (total dos rendimentos de todos os membros do domicílio / número de pessoas no domicílio) no município de São Paulo para o ano 2000 e a distribuição dos grupos de renda em 4 conjuntos de distritos, a saber: centro, núcleo, expansão e periferia (veja a localização das áreas no mapa 1, abaixo).⁸

Mapa 1. Município de São Paulo: áreas e setores subnormais.



⁸ Esta divisão segue, em linhas gerais, a divisão em “áreas climáticas urbanas” proposta no Atlas Ambiental do Município de São Paulo, exceto a inclusão de um 4º grupo, representando o centro antigo da cidade.

Em primeiro lugar, observe-se que mais de 70% dos domicílios atingiam renda inferior à média da cidade, pois esta (740 reais) só era atingida no 8º decil (note que o decil é a renda máxima que separa cada um dos 10 grupos). Em segundo lugar, note que 20% da população vivia em domicílios com renda *per capita* até 136 reais, portanto inferior a um salário mínimo (que era de 151 reais em 2000). Assim, os 20% mais pobres recebiam 1,5% da renda e, no outro extremo, os 20% mais ricos recebiam mais de 60% da renda total do município.

Tabela 1. Renda Domiciliar Per Capita no MSP (2000)

Grupos de Renda			Distribuição dos Grupos de Renda no Município								
			centro (1)	núcleo (2)	expansão (3)	periferia (4)	Município (1+2+3+4)	subnormais (5)			
1	Decil (em reais)	75.5	domicílios	5387	5400	62213	228439	301439	58013		
	% da mediana	22.7	% dom. do grupo na área	2	2	21	76	100	19		
	% da renda total	0.5	% dom. da área no grupo	4	2	6	14	10	26		
	renda média dos chefes de domicílio	100.8									
2	Decil (em reais)	136.0	domicílios	3886	3570	63417	227241	298114	53078		
	% da mediana	40.8	% dom. do grupo na área	1	1	21	76	100	18		
	% da renda total	1.5	% dom. da área no grupo	3	1	7	14	10	23		
	renda média dos chefes de domicílio	311.8									
3	Decil (em reais)	190.0	domicílios	6351	5818	79769	212632	304570	37536		
	% da mediana	57.0	% dom. do grupo na área	2	2	26	70	100	12		
	% da renda total	2.2	% dom. da área no grupo	4	2	8	13	10	17		
	renda média dos chefes de domicílio	379.8									
4	Decil (em reais)	250.0	domicílios	8302	6989	85864	200656	301811	28591		
	% da mediana	75.0	% dom. do grupo na área	3	2	28	66	100	9		
	% da renda total	3.0	% dom. da área no grupo	5	3	9	13	10	13		
	renda média dos chefes de domicílio	520.7									
5	Decil (em reais)	333.3	domicílios	9289	9624	95951	188338	303202	21131		
	% da mediana	100.0	% dom. do grupo na área	3	3	32	62	100	7		
	% da renda total	4.0	% dom. da área no grupo	6	4	10	12	10	9		
	renda média dos chefes de domicílio	619.9									
6	Decil (em reais)	450.0	domicílios	12990	14533	108971	170592	307087	14380		
	% da mediana	135.0	% dom. do grupo na área	4	5	35	56	100	5		
	% da renda total	5.4	% dom. da área no grupo	8	5	11	11	10	6		
	renda média dos chefes de domicílio	758.3									
7	Decil (em reais)	615.0	domicílios	16300	18699	111612	135355	281966	8388		
	% da mediana	184.5	% dom. do grupo na área	6	7	40	48	100	3		
	% da renda total	6.7	% dom. da área no grupo	11	7	11	8	9	4		
	renda média dos chefes de domicílio	999.8									
8	Decil (em reais)	950.0	domicílios	22850	32350	129657	119050	303907	3935		
	% da mediana	285.0	% dom. do grupo na área	8	11	43	39	100	1		
	% da renda total	10.5	% dom. da área no grupo	15	12	13	7	10	2		
	renda média dos chefes de domicílio	1466.0									
9	Decil (em reais)	1700.0	domicílios	29580	59853	127868	79469	296771	1490		
	% da mediana	510.0	% dom. do grupo na área	10	20	43	27	100	1		
	% da renda total	16.9	% dom. da área no grupo	19	22	13	5	10	1		
	renda média dos chefes de domicílio	2448.1									
10	Decil (em reais)		domicílios	38493	112626	107513	39498	298129	363		
	% da mediana		% dom. do grupo na área	13	38	36	13	100	0		
	% da renda total	49.3	% dom. da área no grupo	25	42	11	2	10	0		
	renda média dos chefes de domicílio	6521.0									
al Munic renda domiciliar per capita média				740.0	domicílios	153430	269462	972835	1601270	2996996	226905
renda média dos chefes de domicílios				1404.0	% dom. na área	5	9	32	53	100	8

Fonte: IBGE, Censo 2000. Elaboração própria.

OBS: * total de domicílios permanentes.

A última coluna da tabela 1 sumariza as informações sobre a renda para a população dos setores “subnormais” que correspondem, grosso modo, às favelas do município passíveis de aferição através dos dados do IBGE. De acordo com esses dados, nas favelas do município havia maior homogeneidade em termos de rendimentos baixos vis a vis as demais áreas da cidade, inclusive a periferia. Nestes setores cerca

de 50% dos domicílios atingia renda *per capita* inferior a 136 reais, ou seja, estavam entre os 20% mais pobres do município; por outro lado, apenas de 3% dos domicílios estavam nas três classes superiores de renda. Devido à maior homogeneidade da renda, o índice de Gini nas favelas do município era inferior ao da cidade como um todo e para cada área geográfica em particular (calculado sobre a renda domiciliar per capita): 0,62 no município; 0,55 no centro; 0,52 no núcleo; 0,57 na expansão; 0,54 na periferia e, finalmente 0,46 nas favelas.⁹

Quanto à localização dos 20% mais pobres na cidade, observe-se que cerca de 75% viviam nos bairros periféricos (veja-se, na tabela 1, a linha “% domicílios do grupo na área”), note também que a maioria das favelas (setores subnormais) localizava-se na área periférica, ou então na área de expansão. Uma implicação desta disposição geográfica que dificilmente seria captada por indicadores de renda isoladamente é distância física da maioria dos pobres de renda das áreas mais dinâmicas em termos de comércio e serviços que localizam-se nas zonas centrais da cidade, aspecto que é sobremaneira acentuado devido aos graves problemas dos transportes urbanos do município (veja, na figura 1- mapa 2, a pequena extensão das linhas de metrô da cidade).¹⁰ Em outras palavras, para os pobres o custo de utilizar os serviços da cidade e também de ser empregado nestes é acrescido do custo – tanto monetário quanto em termos de tempo - de chegar até eles.

Moradia Precária

As moradias precárias na cidade compreendem, grosso modo, os seguintes tipos: favelas, loteamentos irregulares, conjuntos habitacionais precários, cortiços, e moradores de rua. As duas primeiras categorias são as mais numerosas e mais representativas no conjunto de moradias precárias. De acordo com a Secretaria Municipal de Habitação (sehab), no ano 2000 havia cerca de 1,2 milhões de pessoas vivendo em favelas e cerca de 1 milhão em loteamentos precários (correspondendo a 11,12% e 10,17% da população do município, respectivamente). Ainda segundo a Sehab, havia cerca de 90 mil pessoas em conjuntos habitacionais precários; 40 mil em cortiços e 9 mil vivendo nas ruas da cidade.

As favelas diferenciam-se dos demais tipos de moradia precária, sobretudo, por serem invasões de terrenos públicos (em São Paulo a maioria) ou privados. Já nos loteamentos irregulares e/ou clandestinos os terrenos foram comprados, embora o título de propriedade dependa de regularização.¹¹ Até recentemente a concessão da posse dos terrenos nas favelas e em muitos dos loteamentos irregulares e/ou clandestinos era impedida por problemas legais, notadamente os relativos à proteção ambiental.¹² Note-se que as áreas de ZEIS 1 (mapa 2 da Figura 1) são, em geral, próximas (ou mesmo sobrepostas) às áreas que não são mais cidade no sentido estrito do termo, i.e. as áreas “rurais” do município. Com efeito, muitos loteamentos, favelas e até mesmo alguns conjuntos habitacionais construídos pelo antigo Sistema Financeiro de Habitação situam-se nas proximidades ou dentro de reservas ambientais e/ou áreas de proteção ambiental. Além dos problemas legais, este aspecto físico do espaço tem forte influência sobre as condições de vida dos pobres uma vez que nestas áreas há maiores riscos de acidentes naturais devido às características físicas do terreno (por exemplo, declividade acentuada e áreas sujeitas a inundações).

A dimensão espacial permite verificar a relação entre a pobreza de renda e moradia precária, assim como evidencia a forte correlação destas duas dimensões da pobreza, tomadas conjuntamente, com o problema da violência na cidade. Com efeito, as áreas homogeneamente pobres coincidem com os setores de moradias

⁹ O índice de Gini para cada área foi calculado incluindo os setores subnormais. De qualquer forma, caso estes setores sejam excluídos, há pouca variação: a expansão passa para 0,56 e a periferia para 0,53.

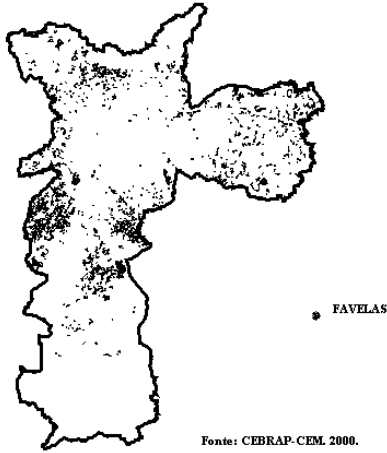
¹⁰ Sobre este ponto, veja-se Santos (1990).

¹¹ Sobre a distinção entre loteamentos e favelas, veja-se Torres et al, op. Cit..

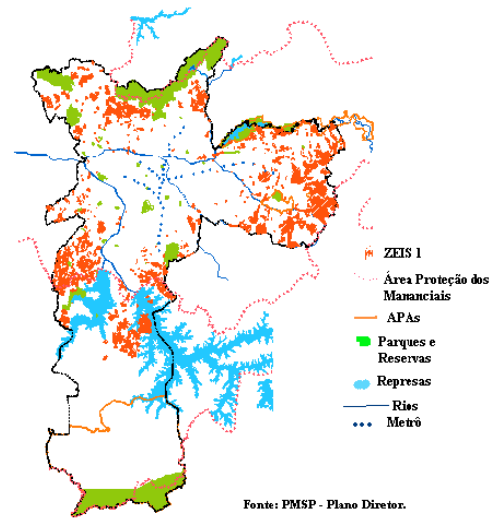
¹² Alterações importantes no quadro legal quanto às ocupações irregulares e invasões foram introduzidas com o Estatuto das Cidades (lei federal 10257 de 2001), permitindo que cada município delimitasse as áreas de “interesse social” passíveis de intervenção para fins de urbanização, assim como regularização da posse/propriedade da terra urbana.

Figura 1

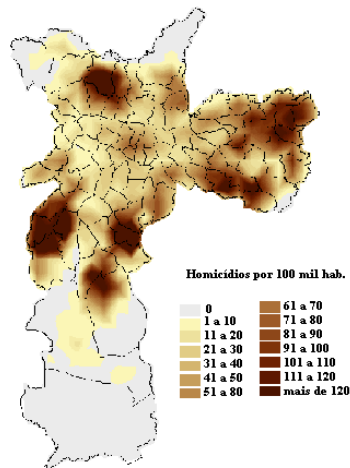
MAPA 1 : FAVELAS



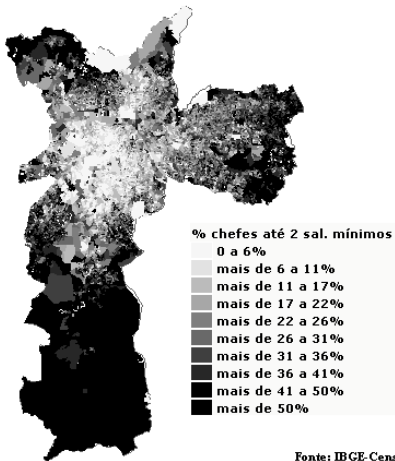
MAPA 2: ZEIS 1



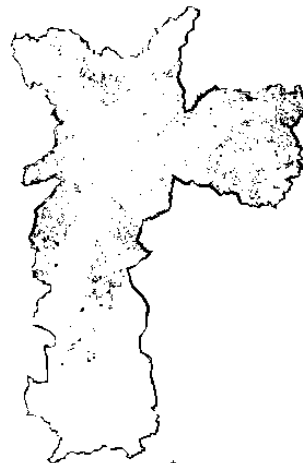
MAPA 3: TAXA DE HOMICÍDIOS



MAPA 4: % CHEFES ATÉ 2 SAL. MÍNIMOS



MAPA 5: SETORES COM MAIS DE 50% DOS CHEFES ATÉ 2 SAL. MÍNIMOS*



precárias – as áreas delimitadas como ZEIS 1 pelo Plano Diretor do município de São Paulo. Ao mesmo tempo, tais áreas são as de maiores taxas de homicídios no município, como pode ser observado na seqüência de mapas da Figura 1.

O primeiro mapa da Figura 1 mostra a disposição das favelas do município no ano 2000 mapeadas pelo CEM-CEBRAP; é importante observar que este mapeamento é mais rigoroso e abrange mais domicílios que os setores subnormais do IBGE.¹³ O mapa 2 da seqüência, mostra as principais áreas de preservação ambiental do município (represas, áreas de proteção de mananciais, parques nacionais – APAs – e reservas de áreas verdes) e também as áreas definidas como ZEIS 1 – Zonas Especiais de Interesse Social – que incluem praticamente todas as favelas e boa parte dos loteamentos clandestinos e/ou precários do município, assim como alguns conjuntos habitacionais. O mapa 3 mostra as taxas de concentração de homicídios para os setores censitários, calculadas pelo SEADE. Os mapa 4 mostra a proporção de chefes de domicílios com renda até dois salários mínimos (302 reais) por setor censitário, enquanto o mapa 5 mostra apenas os setores censitários onde mais de 50% dos chefes estavam nesta faixa de renda - ou seja, os setores homogeneamente pobres - exclusive os setores de muito baixa densidade demográfica.¹⁴

Os mapas 1, 2, 3 e 5 evidenciam a forte correlação espacial entre os setores de moradias precárias, os coeficientes de homicídios, e os setores de baixa renda. Observe que as manchas escuras no mapa 3 – coeficientes de homicídios por setor censitário – correspondem, em grande medida, com as manchas escuras dos mapas 1 e 5, que representam as favelas e as áreas de renda homogeneamente baixa (mais de 50% dos chefes com renda até 2 salários mínimos), respectivamente. Note-se também que a área central da cidade, que concentra boa parte dos cortiços e dos moradores de rua (ou, pelo menos daqueles que se tem notícia), também apresenta coeficientes de homicídios mais altos (mapa 3).

Favelas de São Paulo

Apesar da diversidade das formas de moradia precária, a importância da favela do ponto de vista da pobreza urbana deve ser destacada. Em primeiro lugar, as favelas representam parte importante da população da cidade, o que ressalta sua importância vis a vis os cortiços e moradores de rua, ainda que estes últimos sejam tipos de moradias extremamente precárias. Por outro lado, quando comparadas aos loteamentos, as favelas são a forma mais radical, pois são invasões; e, ao que tudo indica, do ponto de vista da renda, são mais pobres que os loteamentos.

Como visto, os dados do IBGE permitem, ainda que de forma aproximada, acessar as informações para as favelas através dos setores subnormais; porém, não há uma variável similar para acessar as informações relativas aos loteamentos precários. A comparação entre as favelas e os loteamentos, entretanto, foi realizada através do mapeamento desses 2 tipos de moradia pelo CEBRAP-CEM e divulgada pela Sehab. De acordo o Sehab, enquanto 57 % dos chefes de domicílios nos loteamentos tinham renda até 3 salários mínimos, 73% dos chefes de domicílios das favelas estavam dentro desta faixa de renda e, a renda média dos chefes de domicílios era de 525 nos loteamentos contra 335 nas favelas.

Quanto às características do espaço, há muitas similaridades entre favelas e loteamentos, porém o espaço das favelas tende a ser mais precário. De acordo com Sampaio (1998), as favelas de São Paulo estão implantadas nos piores terrenos dos loteamentos – inclusive freqüentemente dentro de loteamentos clandestinos – que são

¹³ Veja-se a metodologia usada pelo mapeamento do Cembrap-Cem, assim como as diferenças deste mapeamento com o mapeamento derivado dos setores sub-normais do IBGE, em Torres et. al. 2003.

¹⁴ O mapa refere-se à renda do chefe do domicílio, pois esta é a única informação sobre a renda disponível por setor censitário. Note que os chefes de domicílios com rendimentos até dois salários mínimos tendem a ser mais representativos também dentro dos grupos inferiores de renda domiciliar per capita, notadamente os 20% mais pobres, como sugere a Tabela 1; veja-se a linha “renda média dos chefes de domicílio no grupo”.

as áreas geralmente reservadas para uso comum (praças, equipamentos públicos etc). Tais áreas, com frequência apresentam declividade acentuada, ou então são várzeas de córregos sujeitas a inundações. Além da freqüente localização de favelas em áreas de risco de desmoronamento ou alagamento, algumas são localizadas em margens de rodovias, linhas férreas ou lixões, que são áreas de maior risco de acidentes de trânsito ou contaminações (Véras e Taschner). Outra característica do espaço das favelas é o loteamento anárquico e a freqüente geminação das construções. Assim, muitas favelas são formadas por vielas estreitas e desordenadas e, freqüentemente as habitações apresentam graves problemas de ventilação e iluminação. Embora os domicílios contem com serviços de água e luz, boa parte das favelas não conta com os demais serviços urbanos básicos, quais sejam: coleta de esgotos, de lixo, drenagem, pavimentação e iluminação das ruas. De acordo com os dados do IBGE para os setores subnormais, cerca de metade dos domicílios do conjunto das favelas do município, no ano 2000, ainda não tinham acesso aos serviços de coleta dos esgotos; 20% não tinham coleta de lixo, 50% não contavam com ruas totalmente pavimentadas, e 30% não tinham iluminação nas ruas, percentuais que estavam muito abaixo da média do município, ou de cada área da cidade em particular.

A ausência de urbanização, além de prejudicar a qualidade do domicílio, também influencia fortemente a oferta de serviços públicos básicos, como educação e saúde, para a população das favelas. Em geral, há dificuldades – legais, ambientais, de engenharia e de alocação de profissionais – para a construção e funcionamento de postos de saúde e escolas dentro das favelas. O mesmo raciocínio pode ser feito para a introdução dos serviços de segurança pública para os favelados; ainda que o acesso à justiça e à segurança públicas pela população das favelas seja uma questão mais complexa que o acesso à saúde e educação, em muitas favelas a ausência de infra-estrutura urbana não permitiria realizar razoavelmente os serviços de patrulha e monitoramento.

Neste sentido, é possível afirmar que o problema da moradia é central para compreender o ciclo da pobreza urbana. Com efeito, a pobreza de renda é bastante relacionada à baixa qualificação da mão-de-obra e, esta última relaciona-se com o baixo acesso aos serviços públicos, notadamente a educação; o acesso à educação, por sua vez, depende do acesso aos demais serviços urbanos, i.e. a construção e o funcionamento de escolas dentro ou nas proximidades das favelas depende de urbanização e viabilidade de alocação de profissionais. As desvantagens da população feminina das favelas, tais como baixa participação no mercado de trabalho e grande proporção de empregos precários (notadamente, empregadas domésticas) também são relacionadas à escassez de creches, pré-escolas e à educação em geral. Essas desvantagens podem ser entendidas como “barreiras à mobilidade social” na medida que impedem a melhora da inserção econômica dos mais pobres na cidade e perpetuam o ciclo da pobreza.

Seção 2

O exercício proposto nesta seção tem dois objetivos. O primeiro é representar as diversas variáveis relacionadas à pobreza em um conjunto reduzido de indicadores. O segundo é verificar a correlação entre estes indicadores e os níveis de violência observados nos distritos do município de São Paulo.

Para tanto, aplicou-se o método de Análise de Fatores sobre um conjunto de variáveis relativas à pobreza. Este método foi adequado ao propósito do exercício, pois este visa substituir as variáveis iniciais (no caso, relativas à pobreza) por um número reduzido de ‘componentes’, ou ‘fatores’, representativos da variância conjunta das variáveis iniciais.

Para selecionar as variáveis iniciais, priorizou-se aquelas que mais distinguiam a população das moradias precárias na cidade, em especial a população das favelas. As variáveis selecionadas, assim como as “barreiras à mobilidade social” às quais se referem estão relacionadas na tabela 2. A base de dados utilizada foi a do

Censo Demográfico de 2000, microdados para o município de São Paulo, questionário da amostra. Todas as variáveis foram agregadas por distrito administrativo.¹⁵

Uma vez realizada a redução das variáveis, aplicou-se uma regressão múltipla tendo com variável dependente a taxa de homicídios e, como variáveis independentes, os *scores* dos componentes da análise fatorial para cada distrito administrativo. O grau de “ajuste” da regressão foi interpretado como medida da correlação que procuramos checar entre as barreiras à inclusão e a violência na cidade. Os dados sobre homicídios por distrito administrativo são disponibilizados pela PMSP-PROAIM; a taxa utilizada no presente exercício refere-se à média anual dos homicídios ocorridos entre 1999 e 2001 e a população base é a do ano 2000.

Tabela 2

Barreiras à Inclusão Social	Variáveis
Pobreza de Renda	1 proporção de pobres
Baixas Oportunidades Econômicas	2 taxa de desemprego 3 proporção de empregadas domésticas chefes de domicílios
Baixa Escolaridade	4 proporção de adultos com até 4 anos de estudos 5 proporção de adolescentes sem acesso ao segundo grau
Moradia Precária	6 número de moradores por cômodo 7 proporção de domicílios em favelas 8 proporção de domicílios em cortiços 9 proporção de domicílios em área rural 10 proporção de moradores de rua
Preconceito Racial	11 proporção de negros e pardos

Observações

1: linha de pobreza igual a renda domiciliar per capita de 136 reais.	5: população entre 15 e 19 anos que não frequenta escola e nunca frequentou o segundo grau.
2: pessoas com 10 anos ou mais.	7: domicílios em setores subnormais.
3: proporção sobre o total de chefes mulheres ocupadas.	8: domicílios de tipo cômodo.
4: população com 15 anos ou mais.	10: domicílios improvisados cujo chefe não estava ocupado.

Alguns comentários sobre as variáveis discriminadas na tabela 2 são necessários.

Como medida de pobreza de renda utilizou-se a proporção de domicílios em cada distrito que estavam entre os 20% mais pobres com relação à distribuição da renda na cidade. Assim, a linha de pobreza foi definida como 136 reais (i.e. o segundo decil da tabela 1) e o indicador de pobreza utilizado foi a proporção de pobres (o HCR, *head count ratio*) de acordo com a renda domiciliar *per capita*.

A variável “empregadas domésticas chefes de domicílio” visa representar a posição de desvantagem das mulheres pobres no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo uma ocupação emblemática da população do “andar de baixo”. A variável “adolescentes sem acesso ao segundo grau”, inclui apenas a faixa etária de 15 a 19 anos e representa a proporção daqueles que não frequentam a escola e não tiveram acesso ao segundo grau (i.e. exclui aqueles que não frequentam escola e já frequentaram, concluindo ou não, o segundo grau).

Quanto às variáveis relativas à moradia é necessário observar que a base de dados do Censo não permite aferir diretamente nenhum dos tipos de moradia precária existentes da cidade. Assim, optou-se por utilizar as variáveis do Censo que mais se aproximam dos conceitos acima. Para a população favelada, utilizou-se o

¹⁵ Não foi possível realizar o exercício com dados por setor censitário por dois motivos: na base de dados do Censo disponível por setor censitário faltam algumas variáveis importantes para nosso propósito; por outro lado, não dispúnhamos de dados sobre os homicídios por setor censitário.

critério de domicílios situados em ‘setores subnormais’. No caso dos cortiços utilizou-se o número de domicílios de ‘tipo cômodo’. Para os moradores de rua, computou-se o total de domicílios improvisados cujo chefe não estava ocupado; a exclusão dos ocupados foi necessária, uma vez que os domicílios improvisados incluem moradias para trabalhadores da construção civil e outras moradias temporárias para trabalhadores.

Não há, nos microdados do Censo 2000, uma variável adequada para acessar os loteamentos clandestinos e os conjuntos habitacionais precários. Para preencher parcialmente esta lacuna, optou-se pela inclusão da variável ‘proporção de domicílios na área rural’. Tais áreas coincidem com aquelas de preservação ambiental (proteção de mananciais ou áreas de preservação ambiental) que são alvo de loteamentos irregulares, e também coincidem com parte das áreas de ZEIS1 (zonas especiais de interesse social), que são as áreas ocupadas por favelas e loteamentos clandestinos na classificação da Prefeitura de São Paulo (PMSP, 2003 a, 2003b). Boa parte dos conjuntos habitacionais precários também situa-se em áreas fora do perímetro urbano (por exemplo, no distrito Cidade Tiradentes).

Foram excluídos do exercício 3 distritos que comprometiam a qualidade dos resultados por apresentarem níveis muito discrepantes para algumas variáveis: Marsilac (densidade populacional muito baixa e 100% de domicílios rurais); Vila Andrade (47% da população em favelas e grande heterogeneidade da renda no distrito); e, Anhanguera (proporção de domicílios improvisados muito alta).

Exercício: correlação entre barreiras à inclusão social e violência urbana

Neste exercício utilizou-se o programa SPSS (função ‘Data Reduction’, ‘Factor’) e escolheu-se o método de ‘componentes principais’, que considera a variância total (comum, específica e erro), para extração de componentes.¹⁶ O exercício seguiu os passos sugeridos por Hair (1998). Os resultados dos testes sugeridos por esse método são descritos a seguir.¹⁷

As variáveis escolhidas apresentaram correlações suficientes pelo critério MSA (*measure of sampling adequacy*), de 0.83. Para cada variável individualmente também observou-se MSA acima de 0.5. Foram selecionados os 3 primeiros componentes extraídos, uma vez que tal número satisfazia tanto o critério de utilizar somente componentes com *eigenvalue* (ou *latent root*, a variância contida em cada fator, ΣF_{2ij}) maior que 1, quanto o critério de extrair um número de componentes representativos da variância total. Procedeu-se também à ‘rotação ortogonal’ dos fatores (método Varimax), que mantém a não correlação entre os mesmos, porém facilita sua interpretação.

Os resultados do exercício serviram ao objetivo de reduzir as 11 variáveis iniciais em um conjunto reduzido de indicadores. A análise fatorial resumiu em 3 componentes 83% da variância do conjunto de variáveis. O primeiro componente, F1, que representa 59% da variância total (após rotação) é fortemente correlacionado a todas as variáveis de pobreza e às moradias precárias de tipo favela. Este componente também é correlacionado, porém em menor grau, à proporção de domicílios rurais, e é pouco relacionado à presença de cortiços e moradores de rua.

¹⁶ O primeiro componente extraído é a combinação linear das variáveis que melhor representa a variância conjunta das mesmas. Os componentes sucessivos na ordem de extração são sempre ortogonais ao imediatamente anterior, ou seja, representam a variância remanescente, ou que não pôde ser explicada pelo fator precedente. Assim, quanto mais correlacionado o conjunto de variáveis, menor o número de fatores necessário para representar a estrutura de correlações. Para verificar a fórmula extração de componentes principais, ver Bennet e Bowers.

¹⁷ Os detalhes dos resultados estão disponíveis e podem ser pedidos por e-mail.

Tabela 3

Correlação entre as variáveis da pobreza e os "Fatores"

	Fatores		
	1	2	3
pobreza de renda	,969	,047	,137
desemprego	,962	-,021	,116
empregadas domésticas	,946	-,006	,049
negros e pardos	,944	,143	,070
densidade de moradores	,944	,208	,082
até 4 anos de estudos	,909	,185	,086
adolescentes s/ acesso ao 2o grau	,736	,577	,053
favelas	,646	,083	-,579
cortiços	,077	,832	,091
moradores de rua	,034	,687	-,128
domicílios em área rural	,381	-,018	,812

O segundo componente, F2, representa 14,6% da variância total e é fortemente correlacionado à presença de cortiços e moradores de rua. O componente F2 também é bastante correlacionado com a proporção de adolescentes fora da escola. Entretanto, F2 é fracamente correlacionado à pobreza de renda, sobretudo porque há maior proporção de cortiços e moradores de rua nos distritos centrais da cidade e outros distritos que não estão entre os mais pobres da cidade.

O terceiro componente, F3, representa 10% da variância total e apresenta forte correlação positiva com a proporção de domicílios em áreas rurais do município; ao mesmo tempo, F3 apresenta forte correlação negativa com a proporção de domicílios em favelas. Este componente serve para re-qualificar bairros que, apesar de apresentarem baixo grau de favelização, podem apresentar alta proporção de loteamentos clandestinos de baixa renda, assim como conjuntos habitacionais precários que, em alguma medida, correspondem a edificações em áreas fora do perímetro urbano ou áreas de preservação ambiental.¹⁸ Com efeito, o componente F3 re-ordena os distritos descontando o efeito das favelas e somando os efeitos dos domicílios rurais.

O componente F1 é o mais abrangente, pois contempla todas as variáveis da pobreza e o tipo de moradia precária mais emblemático, que são as favelas; note-se também que, como os distritos com áreas rurais estão na área periférica, F3 soma pontos para aqueles distritos pobres da periferia que apresentam baixa proporção de favelas, porém alta proporção de domicílios rurais.

A redução do conjunto de variáveis iniciais aos três componentes descritos acima serve para separar os bairros da cidade de acordo com a forma predominante de segregação espacial (veja tabela em anexo com os resultados do exercício por distrito). Com efeito, F1 discrimina as áreas periféricas com alta proporção de favelados; F2 discrimina, sobretudo as áreas centrais com alta incidência de cortiços e moradores de rua; F3, discrimina os distritos periféricos com alta proporção de domicílios rurais e poucas favelas.

A seguir apresenta-se os resultados da regressão linear múltipla que visa checar a correlação dos Fatores descritos acima com as taxas de homicídios para cada distrito da cidade. A regressão tem como variável dependente a taxa de homicídios e como variáveis independentes os componentes F1, F2 e F3, que resultaram da análise fatorial, para cada distrito da cidade. O fato dos componentes serem ortogonais, isto é,

¹⁸ Veja-se PMSP, 2003b.

serem extraídos da variância remanescente do fator imediatamente anterior, serve à adequação das variáveis sob o critério de não multi-colinearidade. Com efeito, os fatores apresentam correlação zero.

Os resultados da regressão foram bastante satisfatórios, como pode ser visto na tabela 4. Todos os coeficientes da regressão são significativos e, como esperado, o coeficiente para F1 tem maior poder explicativo sobre as taxas de violência, porém os componentes F2 e F3 também registram coeficientes positivos. A regressão apresentou coeficiente de determinação (R^2) muito bom, 75%. Este resultado confirma a correlação os Fatores 1, 2 e 3, tomados conjuntamente, e os níveis de violência nos distritos da cidade, que é apurada em 0.87 (R).

Tabela 4. Resultados da Regressão

	Coeficientes	Erro Padrão	Coeficientes Padronizados	t	Sig.
Constante	45.240	1.224		36.971	0.000
Fator 1	18.343	1.230	0.780	14.909	0.000
Fator 2	8.237	1.230	0.350	6.695	0.000
Fator 3	3.714	1.230	0.158	3.019	0.005
	Ajuste				
R	0.870				
R²	0.756				
R² ajustado	0.748				
Erro Padrão	11.801				

Considerações Finais

Este texto procurou mostrar a interdependência entre várias dimensões da pobreza e relaciona-las aos níveis de violência nas comunidades pobres no município de São Paulo. A idéia de imobilidade social foi usada para discutir a relação da pobreza com a violência na cidade, e o local de moradia dos pobres foi o denominador comum para associar os três fenômenos.

Evidenciou-se a forte coincidência espacial das áreas homoganeamente pobres em termos de renda, as moradias precárias na cidade e os locais com maiores taxas de homicídios. Salientou-se que as carências relativas ao lugar dos pobres na cidade, como isolamento, ocupação de áreas de risco, e urbanização precária significam desvantagens com relação a outras dimensões da pobreza, como saúde, educação e também os serviços de segurança pública. Por um lado, as características do espaço tornam a população mais vulnerável (riscos à saúde, por exemplo) e, por outro lado, essas mesmas características do espaço dificultam a implantação de serviços (como postos de saúde, escolas, patrulhas de policiamento) para atender especificamente à população que mais necessita. Assim, o problema da moradia é central na medida que as desvantagens dos mais pobres apenas podem ser superadas com maior oferta de recursos especificamente para este grupo – como educação, saúde, segurança – que, em grande medida, dependem da existência de condições espaciais propícias.

A ampliação das oportunidades “legais” para os jovens das comunidades urbanas pobres deve influenciar positivamente suas escolhas. A redução dos níveis de violência nas comunidades, porém, depende do enfrentamento da questão dos direitos humanos no Brasil e sua intrincada relação com as instituições de justiça e segurança oficiais.

Bibliografia

- Abiko *et al.* 2005. “Custos Básicos de Empreendimentos de Urbanização de Favelas no Brasil”. Urban Research Symposium 2005: Land Development, Urban Policy and Poverty Reduction. IPEA - Banco Mundial. mimeo.
- Adorno, Sérgio. 1995. “Discriminação Racial e Justiça Criminal em São Paulo”. In *Novos Estudos CEBRAP*, n 43.
- Adorno, Sérgio e Cardia, Nancy. 2003. “The Judicial System and Human Rights Violations, São Paulo, Brazil (1980-1990)”. In *14th World Congress of Sociology*.
- Akerlof, George e Yellen, Janet L. “Gang Behavior, Law Enforcement, and Community Values”. In *Values and Public Policy*. Ed. Aaron Henry J.; Mann, Thomas E. and Taylor, Timothy. 1994.
- Akerlof, George e Kranton, Rachel E. “Economics and Identity” In *The Quarterly Journal of Economics*. Vol CXV, 3. 2000.
- Barcellos, Caco. 2001. Rota 66. 35.ed. Editora Globo.
- Becker, Gary S.. 1968. “Crime and Punishment: an Economic Approach”. In *The Journal of Political Economy*, vol 76, N 2.
- Bennet, S. e Bowers, D. 1976. *Introduction to Multivariate Techniques for Social and Behavioural Sciences*. The Macmillan Press.
- Bonato, Francisco R. de Oliveira. 1998. “O Próximo Distante: Análise do Projeto Pequenos Trabalhadores (um estudo na favela do Parque Santa Madalena – São Paulo – SP)”. Ph D Thesis. USP.
- Bourguignon, François. 1999. “Crime, Violence and Inequitable Development”. World Bank Conference on Development Economics.
- Caldeira, Teresa Pires do Rio. 2000. *Cidade de Muros: Crime Segregação e Cidadania em São Paulo*. Editora 34 / Edusp.
- Cardia, Nancy et all. 2003. “Homicídio e Violação de Direitos Humanos em São Paulo”. NEV-USP.
- Cerqueira, Daniel e Lobão, Waldir. 2003 a. “Condicionantes Sociais, Poder de Polícia e o Setor de Produção Criminal”. TD 957. IPEA.
- Cerqueira, Daniel e Lobão, Waldir. 2003b. “Criminalidade: Social versus Polícia”. TD 958. IPEA.
- Dowdney, Luke. 2003. *Children of the Drug trade: A Case Study of Children in Organised Armed Violence in Rio de Janeiro*. 7 Letras.
- Durham, Eunice Ribeiro. 1984. “Movimentos Sociais, a construção da cidadania”. In *Novos Estudos CEBRAP*. Num 10.
- Durham, Eunice Ribeiro. 1988. “A Sociedade Vista da Periferia”. In *As Lutas Sociais e a Cidade*. São Paulo: Passado e Presente. Org. Kowarick, Lucio. Editora Paz e Terra.
- Ehrlich, Isaac. 1973. “Participation in illegitimate Activities: A Theoretical and Empirical Investigation”. In *The Journal of Political Economy*, vol 81, 3.
- Fernandes, Edésio. 2003. “Perspectivas para a Renovação das Políticas de Legalização de Favelas no Brasil”. In Abramo, Pedro (org.) *A Cidade da Informalidade, o desafio das cidades lation-americanas*. Faperj.
- Ferreira, Maria I. Caetano. 1998. “Homicídios na Periferia de Santo Amaro: Um Estudo Sobre a Sociabilidade e os Arranjos de Vida em um Cenário de Exclusão”. Tese de Mestrado, FFLCH-USP.

- Hair, Joseph F et al. 1998. *Multivariate Data Analysis*. Prentice-Hall. 5a Ed.
- Kehl, Maria Rita. 1999. “Radicais, Raciais, Racionais: A Grande Fratria do Rap na Periferia de São Paulo”. In *São Paulo em Perspectiva*, 13(3).
- Lemgruber, Julita. 2001. “Controle da Criminalidade: mitos e fatos”. In *Revista Think Tank*. Instituto Liberal do Rio de Janeiro.
- Maricato, Ermínia. 1996. *Metrópole na Periferia do Capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência*. Editora Hucitec.
- Mingardi, Guaracy. 1997. “Os Matadores da Periferia Paulistana”. In *Revista do ILANUD* n 3. Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente.
- Misse, Michel. 2002. “O Movimento: Redes do Mercado de Drogas”. In *Revista Tempo e Presença*, Vol 24, No 323.
- Morais, Maria da Piedade e Cruz, Bruno Oliveira. 2003. “Demand for Housing and Urban Services in Brazil: a Hedonic Approach”. IPEA, TD. 946.
- Neto, Otávio Cruz et al. *Nem Soldados Nem Inocentes: Juventude e Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro*. Ed. Fiocruz. 2001.
- Oliveira, Jane S. et. al. 2003. “Notas sobre a Inserção Sócio-Econômica de Moradores da Favela”. In Abramo, Pedro (org.) *A Cidade da Informalidade, o desafio das cidades lation-americanas*. Faperj.
- Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo. 2000. *Relatório Anual de Prestação de Contas da Ouvidoria da Polícia (2000)*. Secretaria de Segurança Pública, Governo do Estado de São Paulo.
- Pinheiro, Paulo Sérgio. 1999. *Continuidade Autoritária e Construção da Democracia*. Relatório Final, Nev-USP.
- PMSP. 2002. *Atlas Ambiental do Município de São Paulo*. SEMME/ SEMPLA. In <http://portal.prefeitura.sp.gov.br>
- PMSP. 2003 a *Plano Municipal de Habitação*. SEHAB. In <http://portal.prefeitura.sp.gov.br>
- PMSP. 2003.b *Síntese do Quadro Situacional das Sub-Prefeituras*. SEMPLA. In <http://portal.prefeitura.sp.gov.br>
- Rolnik, Raquel et. al.. 199x *São Paulo – Crise e Mudança*. 2.ed.. Editora Brasiliense.
- Sampaio, Maria Ruth A.. 1998. “Vida na Favela”. In *Habitação e Cidade*. Fau-USP.
- Sant’Ana Ferreira, Helder Rogério. 2002. *Classes Populares, Polícia e Punição*. Tese de Mestrado. FFLCH – USP.
- Santos, Milton. 1990. *Metrópole Corporativa Fragmentada : O Caso de São Paulo*. Editora Nobel.
- Sarti, Cynthia Andersen. 2003. *A Família Como Espelho: Um Estudo Sobre a Moral dos Pobres*. Cortez Editora. 2ª Edição.
- Skarpedas, Stergios. 2000. “Warlord Competition”. Dep. Econ., University of California, Irvine. Mimeo.
- Skarpedas, Stergios. 2001. “The Political Economy of Organized Crime: Providing Protection When the State Does Not”. In *Economics of Governance*, 2.
- Torres, Haroldo da Gama et all. 2003. “Favelas no Município de São Paulo: estimativas de população para 1991, 1996 e 2000”. In *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, vol 5, no. 1.

Véras, Maura P. B. e Taschner, Suzana P. 1990. “Evolução e Mudanças nas Favelas Paulistanas”. In Espaço e Debates, 31.

Zaluar, Alba. 1985. A Máquina e a Revolta: As Organizações Populares e o Significado da Pobreza. Editora Brasiliense.